



FACULDADE CALAFIORI

AVALIAÇÃO ESCOLAR E SUA CORRELAÇÃO COM A QUALIDADE NO ENSINO

**CREONICE FRÓES
DANIELA MÁRCIA FERREIRA**

**São Sebastião do Paraíso - MG
2012**

AVALIAÇÃO ESCOLAR E SUA CORRELAÇÃO COM A QUALIDADE NO ENSINO

**CREONICE FRÓES
DANIELA MÁRCIA FERREIRA**

Monografia apresentada a Faculdade Calafiori,
como parte dos requisitos para a obtenção do
título de Pós Graduação em Gestão Escolar.
Orientadora: Prof. Doutoranda Valéria Cristina
Gimenes Prado.
Linha de pesquisa: Gestão Escolar

São Sebastião do Paraíso - MG
2012

AVALIAÇÃO ESCOLAR E SUA CORRELAÇÃO COM A QUALIDADE NO ENSINO

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR

AVALIAÇÃO: () _____

Doutoranda Valéria Cristina Gimenes Prado

Professora Orientadora

Professor (a) Avaliador (a) da Banca

Professor (a) Avaliador (a) da Banca

Sumário

RESUMO	v
ABSTRACT	6
INTRODUÇÃO.....	7
CAPÍTULO 1	9
1.Avaliação: conceitos teóricos	9
1.1. Conceitos de avaliação.....	9
1.2. Diferentes modalidades de avaliação	13
1.2.1. Avaliação diagnóstica	13
1.2.2. Avaliação formativa	13
1.2.3. Avaliação Somativa	13
1.2.4. Avaliação Contínua.....	14
1.3. A avaliação na Legislação Educacional	14
CAPÍTULO 2	16
2. A avaliação no ensino fundamental.....	16
2.1. A avaliação como processo de aprendizagem.....	16
3.2. Uma possível construção de proposta avaliativa diversificada.....	18
CAPÍTULO 3	22
3.1. Políticas Públicas de Avaliação	22
3.2. Avaliação interna: os riscos da seletividade.....	22
3.3. Avaliação externa: as implicações para a construção do conhecimento.....	24
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	29

RESUMO

Este estudo tem como objetivo contribuir para reflexão sobre avaliação, tarefa difícil e complexa para muitos educadores. Utilizaremos embasamentos teóricos, para entender a utilização da avaliação na educação. Esta reflexão estará fundamentada nas contribuições a partir das obras dos seguintes autores: Hoffmann (1991), Luckesi (1999), Perrenoud (1999), Rabelo(1998) Vasconcellos (1995). A avaliação é primordial para que o aluno da educação básica possa ampliar os seus conhecimentos e desenvolver-se em todo o processo de ensino/aprendizagem. Deste modo sentimos a necessidade de conhecer os conceitos, diferentes modalidades de avaliação, como a gestão escolar e o trabalho pedagógico são organizados, tendo em vista as políticas de avaliação externa e a necessária qualidade do ensino. É necessário que se entenda que a avaliação pode e deve alimentar diariamente o diálogo entre aluno e educador, permitindo que haja uma relação prazerosa com troca de informações. A escola precisa ser interessante para sua clientela, cativá-la, a equipe gestora juntamente com os educadores precisam ser capacitados e conscientes do papel de transformadores de cidadãos, devem repensar suas práticas, reformularem seus planejamentos, visando facilitar o processo ensino/aprendizagem dos alunos. Sendo assim, os fazeres da aprendizagem se tornará cada vez mais significativos. A avaliação, o planejamento e o currículo precisam ser organizados e executados em conjunto para que assim os educadores consigam desenvolver práticas educativas articuladas. Sendo o aluno o sujeito mais importante em todo o processo educacional, faz-se necessário que a avaliação seja compreendida como um processo de ensino e aprendizagem, que ocorrem de forma contínua, cumulativa e sistemática.

Palavras chave: Avaliação educacional interna e externa, organização escolar, qualidade de ensino.

ABSTRACT

This study aims to contribute to reflection on assessment, difficult and complex task for many educators. We use a grounding theoretical, to understand the use of evaluation in education. This reflection is based on contributions from the works of the following authors: Hoffmann (1991), Luckesi (1999), Perrenoud (1999), Rabelo (1998) Vasconcellos (1995). The assessment is essential for the student of basic education can broaden their knowledge and develop throughout the process of teaching / learning. Thus we feel the need to know the concepts, different types of assessment, such as school management and educational work are organized with a view to the policies of external evaluation and the necessary quality of education. It is necessary to understand that the assessment can and should feed daily dialogue between student and teacher, allowing there to be a pleasurable relationship with information sharing. The school needs to be interesting for your clientele, captivate you, the management team along with educators need to be trained and aware of the role of transformers citizens, should rethink their practices, reformulate their planning in order to facilitate the teaching / learning process of students . Thus, the doings of learning will become increasingly significant. The assessment, planning and the curriculum should be organized and run together so that educators can develop educational practices articulated. Being the student the most important subject in the entire educational process, it is necessary that the assessment is understood as a process of teaching and learning, which occur continuously, cumulative and systematic.

Keywords: Educational assessment internal and external, school organization, teaching quality.

INTRODUÇÃO

Este estudo será desenvolvido com base em pesquisa bibliográfica. Utilizaremos um embasamento teórico pertinente para fazermos as reflexões.

A reflexão a seguir, pretende colocar e discutir, a questão da avaliação e as suas consequências para o desenvolvimento do educando, é importante definir o que está sendo considerado como avaliação. Este conceito tem se tornado cada vez mais abordado entre os profissionais da educação. Avaliar é um momento extremamente importante, é necessário que o professor atribua maior significado àquilo que se pretende observar e avaliar.

Esse estudo vem discutir uma grande preocupação das instituições educacionais quanto a forma de avaliar, e para isso sentimos a necessidade de refletir sobre o tema. Não basta alguém dizer que deve fazer diferente se ele não refletir sobre o seu fazer. É tempo de se formar educadores conscientes para aperfeiçoamentos e mudanças. É necessário mais que criar projetos, reflexões e parâmetros a cumprir. É preciso lutar por algo em que ele esteja envolvido, e não simplesmente seguir os rumos de uma mudança imposta.

As aprendizagens significativas são construções próprias enquanto processo reflexivo, de descoberta pessoal e de reconstrução. Não basta querer mudança, precisamos entender a proposta pedagógica. Não é tarefa fácil, não basta apenas o educador observar. É preciso conhecer e estudar o desenvolvimento da criança, procurar estar atento as informações, pois elas também fazem parte da sua educação e daqueles que promovem a sua formação. Os educadores enfrentam grandes dificuldades com mudanças e propostas diferentes. Para eles significa desaparecer e trilhar caminhos contraditórios aos seus princípios e experiências. É preciso fazê-los conhecer o objetivo pelo qual buscarão mudanças e porque tais mudanças acontecerão. Órgãos e instituições escolares promovem mudanças de um momento para o outro e assim os educadores se veem obrigados a mudar. Não encaram essa mudança como algo a que se agarram sem medo.

É necessário tomar consciência da importância do momento da avaliação. O educador precisa olhar o seu aluno como um todo, observar para mediar o conhecimento. Valorizar o seu potencial, dando a ele informações para o seu crescimento.

Conforme afirma Davis (2002, p.100) “a atuação do gestor é fundamental na transformação da escola em um espaço vivo e atuante, no qual o foco central seja o aluno.” O sucesso do trabalho do gestor resultará do empenho do saber pedagógico dos demais profissionais da escola, é tarefa do líder conduzir o grupo numa perspectiva de sucesso, instigando provocando e transmitindo confiança.

O objetivo geral deste estudo é refletir sobre o valor da avaliação na Educação, como subsídio eficaz para a mediação na construção do conhecimento realizado pela criança, formar instrumentos para reorganização conteúdos, procedimentos, atividades, e, como forma de conhecer cada criança e o grupo e tornar a avaliação um processo gradual e diário.

CAPÍTULO 1

1. Avaliação: conceitos teóricos

1.1. Conceitos de avaliação

As crianças apresentam maneiras únicas e diferenciadas de vivenciar as situações de interagir com os objetos do mundo físico. A cada minuto realizam novas conquistas ultrapassando nossas expectativas e causando muitas surpresas.

Observar e refletir para dar continuidade às ações educativas não é sinônimo de uma prática que se destina a julgar o valor de resultados alcançados pela criança ao término de determinados períodos de trabalho com ela. A avaliação classificatória não persegue absolutamente os princípios acima citados. Em primeiro lugar porque a observação que se pretende fazer da criança em geral refere-se a um modelo definido pelo adulto a respeito de comportamentos esperados.

Segundo Hoffmann (1991), o que se percebe em relação a avaliação, a distorção dessa perspectiva fundamental de observação e acompanhamento, o que ocorre e, cada vez mais, de modelos da prática avaliativa tradicional do ensino regular. E é esse um fenômeno grave no nosso entender. Adota-se o modelo de avaliação já ultrapassado em seus fundamentos, negando-se dessa forma alguns princípios básicos da própria educação.

A avaliação reforça um clima de tensão, por meio de algumas negações que se perpetuam. A criança não é considerada como o centro da ação avaliativa. A ação avaliativa deve ser essencialmente contrária a concepção de julgamento de resultados. Principalmente por confiar nas possibilidades próprias das crianças negando a determinação à prioridade de comportamentos esperados, e por introduzir a perspectiva da avaliação com o fundamento da ação educativa a partir da valorização das crianças em suas manifestações.

O fenômeno avaliação é hoje um fenômeno indefinido de professores e alunos que usam o termo atribuem-lhe diferentes significados, relacionados, principalmente, aos elementos constituintes da prática avaliativa tradicional: prova, nota, conceito, boletim, recuperação, reprovação. Quando questiono

diretamente o significado da palavra avaliação recebo, por vezes, tantas definições quanto são os professores presentes nos encontros. (HOFFMANN, 1991,p.13).

É indiscutível a importância da avaliação, mas há alguns preceitos que devem ser levados em consideração antes da elaboração da mesma para que o aluno sintá-se mais seguro e não cause frustrações.

Por um lado observa e acompanha, na maioria das vezes, a criança em suas descobertas, porém quando se registram aspectos do seu desenvolvimento, em geral, é para apresentar resultados aos pais ou por necessidades de registros escolares.

Os resultados expostos não têm por objetivo contribuir com a ação educativa no dia-a-dia, permanentemente voltada a criança, mas garantem aos pais e a escola que algumas atividades estão se desenvolvendo.

O que se demonstra através desta relação é a contradição entre o acompanhamento que o educador faz de sua criança todos os dias, e os registros elaborados ou compreendidos pelas instituições. Faz relações individuais absurdas e confusas nos registros de avaliação na tentativa de mostrar a família o alcance de resultados pela criança de clara importância.

De acordo com Hoffmann (1991), perceber a criança como centro da ação avaliativa consiste em observá-la curiosamente e refletir sobre o significado de cada momento de convivência com ela. Pode-se correr o risco de estar interferindo em suas descobertas, respondendo antes que ela faça a pergunta ou fazendo pela criança o que ela conseguiria fazer sozinha.

Ao observar uma criança devemos ter o cuidado para não fazer desse momento uma interferência ao crescimento individual. É preciso que se faça do momento de avaliação uma prática de construção e valorização a criança.

Se o educador não perceber tais ações como avaliativas estará obedecendo a uma prática equivocada de registros finais. Colocar ação avaliativa diariamente na Educação exige a consideração da criança como a razão fundamental dessa prática, assim também como se exige que se tenha a consciência de que toda atitude do educador tem como base uma intenção.

A avaliação deverá atuar como instrumento para reorganização de objetivos, conteúdos, procedimentos, atividade, e, como forma de conhecer cada criança e grupo. O professor deverá fazer uma cuidadosa observação, e o registro delas sobre cada criança será

um valioso instrumento de avaliação. Levar em conta as diversidades de respostas possíveis apresentadas pelas crianças e que poderão sofrer alterações, mesmo porque as crianças pensam, sentem, e possuem conhecimentos diferentes, assim ela poderá propor situações capazes de gerar novos avanços na aprendizagem de todos.

O educador deve colecionar produções dos alunos, e com esse material será possível fazer um acompanhamento dia-a-dia da aprendizagem do aluno e formular indicadores que permitam ter uma visão clara da evolução de cada uma delas.

De acordo com Hoffmann (1991), o momento de avaliação implica em uma reflexão do educador sobre o processo de aprendizagem e sobre as condições oferecidas por ele para que ela possa ocorrer. Assim caberá ao educador planejar os conteúdos escolhidos, rever as propostas lançadas, o tempo, o ritmo imposto. Também caberá analisar as aquisições das crianças em vista do processo vivido na sua relação com os objetivos propostos.

A avaliação não se dá somente no momento final do trabalho. É tarefa permanente do educador, instrumento indispensável à constituição de uma prática pedagógica e educacional verdadeiramente comprometida com o desenvolvimento das crianças.

A avaliação deve ser um processo gradual e diário, só assim a mesma terá um objetivo real.

Nessa tarefa, de reconstrução da prática avaliativa, considero premissa básica e fundamental a postura de 'questionamento' do educador. Avaliação é a reflexão transformada em ação. Ação essa que nos impulsiona a novas reflexões. Reflexão permanente do educador sobre a realidade, e acompanhamento, passo a passo, do educando, na sua trajetória de construção do conhecimento. (HOFFMANN, 1991, p.17)

A prática de observar as crianças indica caminhos para selecionar conteúdos e propor desafios, a partir dos objetivos que se pretende alcançar por meio deles.

A ação avaliativa deve assegurar, na educação, um clima sem tensões e limitações. O que será possível ao educador distanciar-se definitivamente do modelo de avaliação do sistema regular e perseguir, de fato, uma perspectiva de acompanhamento, confiante nas possibilidades de que as crianças se desenvolvem e vivenciam situações de forma própria e diferente dos adultos.

A criança é um ser social que nasce com capacidades afetivas, emocionais e cognitivas. Tem desejo de estar próxima as pessoas e é capaz de interagir e aprender com elas

de forma que possa compreender e influenciar seu ambiente. Ampliando suas relações sociais, interações e formas de comunicação, as crianças sentem-se cada vez mais seguras para se expressar, podendo aprender, nas trocas sociais com diferentes crianças e adultos cujas percepções e compreensões da realidade também são diversas.

O desenvolvimento cognitivo, afetivo e emocional da criança depende de um ambiente que irá lhe fornecer oportunidades de brincar, dialogar e participar de conversas com adultos.

Os educadores percebem a ação de educar e a ação de avaliar como dois momentos distintos e não relacionados. Exercem essas ações, de forma diferenciada. Assim é, por exemplo, a atitude de muitos professores de pré-escola e de séries iniciais. Seu cotidiano revela um efetivo acompanhamento do desenvolvimento dos alunos a partir de um relacionamento afetivo e busca de compreensão de suas dificuldades. (HOFFMANN, 1991, p.15)

Os registros e as anotações feitos em forma de relatórios sobre o desenvolvimento cognitivo, afetivo e emocional do aluno precisam ser completados e compartilhados pelas pessoas que se responsabilizam por ele. Ora, a grande finalidade do educador ao avaliar constantemente, é registrar os resultados da avaliação não é justificar-se diante dos pais, mas sim ter elementos para melhor ajudar a criança em suas necessidades.

Esses relatórios devem resultar como contribuição permanente ao trabalho junto à criança. A equipe gestora e o corpo docente, juntamente com os familiares, devem estar preparados para refletir sobre os interesses, as necessidades e as conquistas das crianças no sentido de auxiliá-las.

A ação avaliativa abrange justamente a compreensão do processo de cognição. Porque o que interessa fundamentalmente ao educador é dinamizar oportunidade de o aluno refletir sobre o mundo e de conduzi-lo à construção de um maior número de verdades, numa espiral necessária de formulação e reformulação de hipóteses (abstração reflexiva). Não há começo nem limites nem fim absoluto no processo de construção do conhecimento, segundo CHIAROTTINO, 1998, referindo-se à teoria de Piaget. Na medida em que a ação avaliativa exerce uma função dialética e interativa, ela promove os seres moral e intelectual, tornando-os críticos e participativos, inseridos no seu contexto social e político. (HOFFMANN, 1991, p.23)

A avaliação é essencial à docência, no seu sentido de constante inquietação de dúvidas. Um educador que não problematiza as situações do dia-a-dia, que não reflete passo a passo suas ações e manifestações dos alunos correm o risco de verdades prontas, adquiridas,

pré-fabricadas. Se o cotidiano é o melhor horizonte da avaliação, a configuração do sistema educacional é um emaranhado de fatores burocráticos.

Para Hoffmann (1991):

A avaliação é essencial à educação. Inerente e indissociável enquanto concebida como problematização, questionamentos, reflexão sobre ação. Um professor que não avalia constantemente a ação educativa, no sentido indagativo, investigativo do termo, instala sua docência em verdades absolutas, pré moldadas e terminais. (p.15)

Avaliar não é só dar nota, num determinado dia, com hora marcada, é estar em constante observação dos fatos ocorridos no dia-a-dia da sala de aula. É ainda, um processo de inclusão, onde o aluno será incluído em vários meios, várias maneiras para que o mesmo possa se integrar numa aprendizagem satisfatória.

Todas as atividades realizadas são passíveis de correção para que o professor possa avaliar e diagnosticar as dificuldades que surgem durante o processo de aquisição do conhecimento.

1.2. Diferentes modalidades de avaliação

1.2.1. Avaliação diagnóstica

A avaliação diagnóstica acontece principalmente na fase inicial de um trabalho, com a função de obter informações sobre o contexto em que a ação pedagógica irá ser desenvolvida, possibilitando a definição dos objetivos do trabalho e do caminho a ser percorrido para alcançá-los. (AZZI, 2001, p.162)

1.2.2. Avaliação formativa

A avaliação formativa é muito mais que uma verificação de desempenho do aluno. É uma reflexão constante sobre os resultados demonstrados na sala de aula, é uma tomada de consciência do progresso e das dificuldades dos alunos e nos permite captar avanços e as dificuldades que forem manifestadas ao longo do processo, ainda em tempo de tomar providências que possam afastar as dificuldades percebidas. (AZZI, 2001, p.162)

1.2.3. Avaliação Somativa

A avaliação somativa é associada à ideia de classificação, aprovação ou retenção, a avaliação final, muitas vezes é desvalorizada ou desconsiderada, sobre tudo no discurso sobre o trabalho pedagógico. Mas quando o objetivo é a aprendizagem efetiva, esta modalidade de

avaliação não é muito significativa, pois preocupa apenas com o resultado final e não auxilia o avanço, o crescimento e o aprendizado do educando. (AZZI,2001, p.163)

1.2.4. Avaliação Contínua

A avaliação contínua possibilita o acompanhamento diário da produção e desenvolvimento do aluno. Sendo a avaliação um ato constante na vida, o momento da avaliação deixa de ser algo tão terrível para ser comum. A avaliação contínua permite compreender e vivenciar o fato de que a avaliação não existe para perseguir, nem punir o aluno. Ela existe para auxiliar o educando em todo o processo de escolarização. (AZZI,2001, p.163)

1.3. A avaliação na Legislação Educacional

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), (Brasil, 1996), determina que avaliação seja contínua e cumulativa, que os aspectos qualitativos prevaleçam sobre os quantitativos. Ao avaliar o progresso de seus alunos na aprendizagem, o professor pode obter informações valiosas sobre seu trabalho. O certo é que o quantitativo é o que mais se ressalta nas escolas. Para fins de aprovação, o qualitativo fica obscuro, eles não aparecem no histórico escolar. Se observada a LDB, eles seriam considerados como uma dimensão mais ampla, conforme determina o Art. 24 desta lei.

Segundo LDB (Brasil, 1996)

V - A avaliação do rendimento escolar observará os seguintes critérios:

a) Avaliação contínua e acumulativa do desempenho do aluno com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre o de eventuais provas finais.

Falar de avaliação qualitativa significa falar de compromisso ético e formal do professor, em afirmar com certeza as melhores condições para a melhor aprendizagem possível. Aprender não significa apenas desempenho em quantidade, mas envolve qualidade formal e qualidade política. Se a avaliação se limitar apenas a função de controle, seu objetivo ficará descaracterizado. E assim, passamos a avaliar para atribuir resultados e o aluno estudará apenas para obter notas.

Segundo Luckesi (1999), a avaliação deve diagnosticar a situação de aprendizagem do educando, para que o professor possa comparar essa informação com aquilo que é

considerado importante no processo educativo e tomar as decisões que possibilitem atingir os resultados. A sociedade brasileira vem empreendendo esforços para democratizar a educação, pois a própria Constituição Federal, promulgada em 1988, no Inciso VI do Artigo 206, define a Gestão Democrática como princípio a ser observado a oferta do ensino público: “gestão democrática do ensino público na forma da lei”.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, Lei nº 9394/96, dedica o Artigo 14 para regulamentar o preceito constitucional. Entretanto, não estabelece mais que princípios para que os sistemas de ensino e as unidades escolares tenham possibilidades de se responsabilizarem e exercitarem a autonomia em seus respectivos níveis de atuação.

CAPÍTULO 2

2. A avaliação no ensino fundamental

2.1. A avaliação como processo de aprendizagem

Segundo Rabelo (1998), a avaliação como atividade teórica e prática não tem um modelo aceito. Não existe uma variedade de modelos, mas pouco se concorda com as melhores maneiras. Basicamente se podem representar diversas definições sobre avaliação. De um lado, o juízo, o julgamento de valores e do outro lado, a tomada de decisões.

O juízo de acordo com Rabelo (1998), refere-se a emissão de opinião sobre alguém ou alguma coisa, seguindo alguns critérios. A tomada de decisões refere-se ao examinar o que acontece durante a sua execução. Avaliar significa examinar o grau de conveniência entre um conjunto de informações e um conjunto de critérios adequados a uma decisão.

Como afirma Rabelo (1998), independente de concepções teóricas, dois aspectos estão sempre presentes em quaisquer propostas de avaliação, sendo cada um mais ou menos relevado em relação ao outro. Toda e qualquer avaliação propõe objetos e critérios. Frequentemente, na escola, o único objeto avaliado é o aluno ou, só a sua aprendizagem enquanto produto.

Quanto às formas de avaliar, ainda de acordo com o autor referenciado anteriormente, existe uma combinação de ideias em torno de algumas categorias relacionadas aos mais importantes tipos de avaliação e aí se torna possível a classificação.

Segundo Hoffmann (1991) a avaliação educacional configura-se em mito e desafio.

O mito é decorrente de sua história que vem perpetuando os fantasmas do controle e do autoritarismo há várias gerações. E esse é um desafio que se tem que enfrentar! o maior dentre os desafios é ampliar-se o universo dos educadores preocupados com o “fenômeno Avaliação,” estender-se a discussão do interior das escolas a toda a sociedade.(p.23)

A ação autoritária exercida pela maioria dos educadores pode encontrar explicação na sua concepção de avaliação como julgamento de resultados. O tema avaliação configura-se lenta e problemática na educação à medida que cresce a contradição entre prática e a teoria

dos educadores. Os educadores relacionam a ação avaliativa a prática de provas finais e atribuição de graus classificatórios.

Compreender e reconduzir a avaliação numa perspectiva construtivista e libertadora exige segundo Hoffmann (1991) uma ação consensual nas escolas e universidades no sentido de revisão do significado político das exigências dos sistemas municipais, estaduais e federais de Educação. Observando alguns cursos e seminários, a autora argumenta que a concepção de avaliação dos professores está fortemente ligada à concepção de julgamento e resultados. A ação avaliativa tem se tornado um procedimento que se resume a um momento definido do processo educativo. A avaliação está sendo reduzida a uma prática de registros de resultados do desempenho dos alunos.

Em suas observações Hoffmann (1991) percebeu como é difícil para os professores definir suas considerações em um conceito de avaliação, a interferência do educador no fazer das atividades do aluno pode ser o reflexo da sua concepção de avaliação. Nem sempre o que o professor define como ideal, pode ser o ideal para o aluno.

Ao interferir em atividades feitas pelas crianças parece ser necessário que o educador tenha a consciência de que a sua interferência é na verdade uma forma de avaliar. Avaliar é julgar o resultado da atividade da criança, tal ação fica reduzida para fins de registro classificatório. O que isso significa em termos de avaliação?

O fato de considerá-la reduzida e dissociada da ação educativa pode limitar o aprofundamento das interferências constantes dos professores nas manifestações dos alunos. Privilegiando-se a problemática dos critérios de correção e de atribuição de notas e conceitos, resume-se igualmente a discussão sobre a avaliação a questão de aprovação e reprovação.

Hoffmann (1991) revela que:

O grande perigo é a inconsciência dos educadores quanto a tais ações, do cotidiano, coercivas e controladoras eminentemente avaliativas e como tal não vem sendo analisadas. Para que se reconstrua o significado da ação avaliativa de acompanhamento permanente do desenvolvimento do educando, é necessário revitalizá-lo no dinamismo que encerra de ação, reflexão e ação. (p,29)

A avaliação não é um fim, mas um meio: para o aluno, é um meio de superar as dificuldades e continuar progredindo na aprendizagem; para o professor, é um meio de aperfeiçoar seus procedimentos de ensino. É desse modo que a avaliação assume um sentido orientador.

3.2. Uma possível construção de proposta avaliativa diversificada

O desenvolvimento dos sistemas educativos e a evolução de modelos pedagógicos deram origem a várias concepções de avaliação educativa. Verifica-se, no entanto, que cada nova concepção não substitui a anterior, coexistindo traços de todas elas nos discursos atuais sobre essa temática. Sendo assim, para que se chegue a certo consenso sobre o significado do conceito de avaliação, é fundamental considerar e analisar, numa perspectiva construtiva, todos os aspectos com que ele se relaciona: as suas formas e funções, as suas etapas, os seus objetivos, seus instrumentos e seus efeitos.

O papel que avaliação desempenha nos últimos anos constitui, sem dúvida, uma das evoluções mais interessantes na área da educação. A sua função estruturante deverá estar presente no cotidiano escolar, nomeadamente ao nível da regulação das práticas pedagógicas, das aprendizagens dos alunos e das relações com a comunidade.

O que define a prática de examinar ou de avaliar, não é o uso deste ou daquele instrumento, mas sim a postura, que o educador tem a respeito da prática pedagógica, que, por si, inclui a avaliação, não existe ação pedagógica sem avaliação. Dentro desta perspectiva, todos os instrumentos de coleta de dados, se forem elaborados com adequação, podem ser satisfatórios tanto para uma prática avaliativa quanto para a prática examinatória.

A prática de avaliação é eficaz quando tem presente os objetivos, a diversidade e as limitações das técnicas e instrumentos a serem avaliados. A inter-relação ensino, aprendizagem e avaliação torna-se evidente em qualquer das etapas do processo institucional, seja esta fase de definição dos objetivos institucionais, a de deteção das necessidades dos alunos, a de facilitação da aprendizagem significativa dos mesmos, a análise de resultados de aprendizagem ou de utilização dos resultados no sentido de melhorar a aprendizagem por parte dos alunos. Usar a avaliação como ponto de partida, do que eles já sabem para as aprendizagens seguintes. Os objetivos, de avaliação, devem ir surgindo à medida que o processo de aprendizagem vai decorrendo.

Segundo Luckesi (2001), em entrevista a revista Nova Escola, retratou:

O ato de avaliar dá-se em três passos fundamentais: primeiro constatar a realidade, segundo, qualificar a realidade constatada, terceiro tomar a decisão a partir da qualificação sobre a realidade constatada, tendo por pano de fundo uma teoria pedagógica construtiva.

Nesta perspectiva, acredita-se que o aluno tem capacidades a serem desenvolvidas, respeitando seus conhecimentos prévios, promovendo-o como agente da transformação na aquisição de novo conhecimentos. Sendo assim:

Segundo Hoffmann (1991):

Não é tarefa simples. A avaliação, na perspectiva de construção do conhecimento parte, de suas premissas básicas: confiança na possibilidade de os educandos construir suas próprias verdades e valorização de suas manifestações e interesses. (p.18)

Pensar em avaliação, a todo instante, é ser reflexiva e transformadora da ação de todo conhecimento adquirido. Já não pensar em avaliar para excluir, classificar, mas em incluir, acolher, dinamizar o processo, buscar soluções e entender as limitações de cada educando.

O olhar diagnóstico avaliativo perante a sala de aula resume-se em detectar se ocorreu a compreensão dos conteúdos ou não, sem julgamentos positivos ou negativos e demais rotulação.

Cabe ao educador conscientizar-se e buscar entender de modo a respeitar o aluno, avaliar o rendimento do mesmo, sem grandes equívocos, transformados em frustrações, desinteresse e desmotivação pelos estudos, ou pela escola de ambas as partes, tanto aos docentes como discentes. Esta concepção se justifica por diversas razões: A primeira se destaca o julgamento equivocado inicial. Quando um professor se depara com uma sala de aula, e procura julgar de forma autoritária os alunos, separando os alunos em os que sabem e os que não; ou seja, pelo método de comparação. “O aluno ideal (definido pelo professor) é o aluno nota 10, os demais recebem nota conforme forem piores ou melhores do que ele”. (Hoffmann, 1991, p.42). O equívoco se centra pela avaliação como classificação e julgamento, e não como mediação, no acreditar que todos os alunos são capazes de aprender, porém pela heterogeneidade, há aqueles que adquirem o conhecimento mais rápido e os que não. Uma consequência que se obterá do método classificatório, é possibilitar aos estudantes um sentimento de competitividade, pelo fato de um querer ser melhor de que o outro, havendo uma competição negativa de notas, e isto acarretarão ao aluno uma futura socialização competitiva em sua vida cidadã. Enfatiza-se que não é correto comparar o aluno com outro, mas sim compará-lo a ele mesmo.

Para Hoffmann (1991, p. 30), avaliação investigativa: “Investigar significa manter-se atento e curioso sobre as manifestações dos alunos”. Com isso e através das manifestações é

que os alunos demonstram seus conhecimentos e a partir de então, poderá ser ampliado. Acredita-se que essas manifestações são concretizadas por meio da observação na resolução das atividades ou pelo diálogo.

A segunda razão pela qual educadores podem ser inviabilizados a uma avaliação educacional antidemocrática reflete-se da mesma forma sob repressão e ameaça. A repressão se desenvolve no sentido de reprimir, ou seja, limitar a inteligência do aluno, por não deixá-lo se desenvolver ou crescer, de relacionar os fatos e ampliando de forma autônoma os seus conhecimentos, que ao mesmo, segundo Rabelo (1998, p. 17) dispõe: “(...) a avaliação, deveria ter como objetivo desenvolver a autonomia do aluno, que é indissociavelmente social, moral e intelectual”.

Tendo essa concepção como prática, contribuir-se-ia para o desenvolvimento integral do indivíduo nos aspectos da cidadania, social, cognitivo e ético. Em relação à ameaça desenvolve-se pelo fato do educador oprimir seus alunos a partir da indisciplina.

Com estas atitudes o educador não controla indisciplina, pelo contrário, apenas usa avaliação como abuso de poder, desafiando seus alunos a um duelo, tendo por um lado o docente e pelo outro os discentes. Consequentemente a relação professor-aluno permeia-se pelo: poder-submissão, incompatibilizando uma boa relação, que auxilia positivamente no processo da aprendizagem integral. Perante esses aspectos explicitados a metodologia centra-se apenas no resultado da avaliação, sendo esse positivo, o aluno apresenta um bom rendimento, caso contrário, ficará classificado como abaixo do nível.

Outro aspecto a ser ressaltada numa perspectiva de avaliação não democrática praticada por educadores discorre-se pelo fato da desconsideração do erro, ou seja, os educadores não utilizam o erro do aluno como virtude da aprendizagem. O erro é o indício de que o aluno não aprendeu, sendo este um caminho pelo qual o educador retorna as explicações, e se necessário, modifica sua metodologia, fazendo com que o aluno compreenda e aprenda.

O último aspecto a indagar-se como avaliação não construtiva, justifica-se pelo fato de que nos dias em que ocorrerão as marcadas avaliações internas, os professores assumem uma postura de fiscais, policiando e observando atentamente os alunos na resolução de suas tarefas e prontos para intervir e aplicar as devidas punições

Na prática infelizmente parece que ocorre, os educadores não se preocupam em assumir uma postura pedagógica sem fiscalização, esquecem ou não adotam avaliação como

recurso da construção do conhecimento, onde o aluno demonstra todo o conhecimento adquirido, sem pressões, punições e obrigações.

A partir dos fatos relacionados a uma metodologia avaliativa antidemocrática, reflete-se para que a mesma possa tornar-se democrática, a avaliação necessita permear-se de numa abordagem de mediação, de modo que promova a autonomia e a liberdade de expressão, num processo pelo qual subsidia o ensino e a aprendizagem numa concepção reflexiva, promovendo o crescimento. Esta reflexão justifica-se pelo fato de que o professor ao analisar criticamente como se aplica o processo de avaliar, pode descobrir quais são as suas características, e se está havendo a oportunidade para que o aluno reflita e conscientize-se do processo de avaliação e como ele é avaliado, assim se contribuirá para a autocrítica e percepção de seus próprios progressos favorecendo assim o amadurecimento.

É por meio da autoavaliação que se obtém o respaldo da reflexão (de ambas as partes professor/aluno) sobre o processo educativo avaliativo. É também por meio desta que o docente reflete sobre ele mesmo, se todos estão aprendendo, se o processo está sendo condizente com as expectativas propostas. E também por meio da mesma o discente faz uma autorreflexão de forma que há o levantamento de pontos positivos e negativos relacionados à sua participação num todo do processo educativo, contribuindo para uma postura crítica em relação a si próprio e com o mundo em si.

Contudo, ser educador é propiciar o desenvolvimento integral de cada aluno, num aspecto positivo, promovendo a auto-estima e o bom empenho com a sua própria educação, pois acreditar na educação é almejar um futuro digno e melhor.

CAPÍTULO 3

3.1. Políticas Públicas de Avaliação

No âmbito das políticas educacionais, uma questão que se apresenta é que os resultados avaliativos da aprendizagem dos alunos recaem sobre os gestores, seja no âmbito público ou privado.

No cotidiano escolar, estão presentes não só a perspectiva de avaliação interna como a externa. As avaliações internas são realizadas pelas escolas, é quando o professor aplica o conteúdo e ele próprio avalia. A avaliação externa é quando alguém que se encontra fora do processo avalia, são realizadas quase sempre mediante proposta dos órgãos diretivos do sistema (Ministério da Educação, Secretarias de Estado da Educação). A avaliação interna pode ser contínua ou pontual. Exemplo disso são as avaliações bimestrais ou semestrais, que são realizadas em sala de aula e no dia-a-dia. A avaliação externa é para avaliar os rendimentos das escolas, e também pode ser contínua e pontual.

3.2. Avaliação interna: os riscos da seletividade

A medida que teve maior impacto na avaliação interna foi a adoção da progressão continuada com a organização do ensino em ciclos. De acordo com Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita (CEALE) “A organização escolar por ciclos é uma proposta que busca maior sintonia entre os tempos da escola e os tempos de aprendizagem dos alunos”.

Com a implantação desse regime, a avaliação da forma como tradicionalmente era praticada, precisou ser repensada, pois sua função de classificar e excluir os alunos ao final do ano letivo não tinha mais sentido. A progressão continuada promoveu alterações na avaliação escolar.

Segundo o CEALE (2003):

Avaliar a aprendizagem do aluno em tal perspectiva implica, por reciprocidade, a avaliação das práticas de ensino dos professores e das instituições responsáveis por esse ensino. Isso significa considerar que, ao detectar problemas na aprendizagem dos alunos, o professor também deverá considerar que ocorrem problemas em sua prática de ensino. (p. 8)

A concepção de avaliação proposta pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (Brasil, 1997) pretende superar a concepção tradicional de avaliação, compreendendo-a como parte integrante e intrínseca do processo educacional. De acordo com o documento a avaliação:

- subsidia o professor com elementos para uma reflexão contínua sobre a sua prática, sobre a criação de novos instrumentos de trabalho e a retomada de aspectos;
- que devem ser revistos, ajustados ou reconhecidos como adequados para o processo individual ou de todo grupo;
- para o aluno, é o instrumento de tomada de consciência de suas conquistas, dificuldades e possibilidades para reorganização de seu investimento na tarefa de aprender;
- para a escola, possibilita definir prioridades e localizar quais aspectos das ações educacionais demandam maior apoio. (PCN, 1997)

Na perspectiva do documento a avaliação é um conjunto de atuações com a função de alimentar, sustentar e orientar a intervenção pedagógica. Os PCNs defendem que a responsabilidade da avaliação deve ser compartilhada; não ser função exclusiva do professor. "Delegá-la aos alunos, em determinados momentos, é uma condição didática necessária para construção de instrumentos de autorregulação para as diferentes aprendizagens". (Brasil, p. 86). Nas diretrizes do PCN (1997) sobressai a recusa da avaliação como simples medidora do conhecimento, todavia na prática os educadores encontram sérias dificuldades para construir e executar propostas avaliativas que articulem o julgar, o mensurar e criticar construtivamente a aprendizagem dos alunos.

Conforme a Resolução SEE Nº 2.197, de 26 de outubro de 2012.

Art. 70 Na avaliação da aprendizagem, a Escola deverá utilizar procedimentos, recursos de acessibilidade e instrumentos diversos, tais como a observação, o registro descritivo e reflexivo, os trabalhos individuais e coletivos, os portfólios, exercícios, entrevistas, provas, testes, questionários, adequando-os à faixa etária e às características de desenvolvimento do educando e utilizando a coleta de informações sobre a aprendizagem dos alunos como diagnóstico para as intervenções pedagógicas necessárias.

Parágrafo único. As formas e procedimentos utilizados pela Escola para diagnosticar, acompanhar e intervir, pedagogicamente, no processo de aprendizagem dos alunos, devem expressar, com clareza, o que é esperado do educando em relação à sua aprendizagem e ao que foi realizado pela Escola, devendo ser registrados para subsidiar as decisões e informações sobre sua vida escolar.

O ambiente de aprendizagem escolar é um local onde o aluno está sujeito a oportunidades de aprendizagem. O educador tem um papel fundamental, tanto na preparação, organização e sistematização da aprendizagem.

Como consta na Resolução 2197, de 26 de outubro de 2012.

78 A Escola deve oferecer aos alunos diferentes oportunidades de aprendizagem definidas em seu Plano de Intervenção Pedagógica, ao longo de todo o ano letivo, após cada bimestre e no período de férias, a saber:

I - estudos contínuos de recuperação, ao longo do processo de ensino aprendizagem, constituídos de atividades especificamente programadas para o atendimento ao aluno ou grupos de alunos que não adquiriram as aprendizagens básicas com as estratégias adotadas em sala de aula;

II - estudos periódicos de recuperação, aplicados imediatamente após o encerramento de cada bimestre, para o aluno ou grupo de alunos que não apresentarem domínio das aprendizagens básicas previstas para o período;

III - estudos independentes de recuperação, no período de férias escolares, com avaliação antes do início do ano letivo subsequente, quando as estratégias de intervenção pedagógica previstas nos incisos I e II não tiverem sido suficientes para atender às necessidades mínimas de aprendizagem do aluno.

3.3. Avaliação externa: as implicações para a construção do conhecimento

De acordo Figueiras (2012) os estudos sobre avaliação educacional têm sido muito discutidos nas últimas décadas, principalmente, com a implementação de vários programas de avaliação em diversos âmbitos e esferas governamentais, a partir de meados da década de 2000.

De acordo com a nova Resolução 2197, de 26 de outubro de 2012.

Art. 71 A análise dos resultados da avaliação interna da aprendizagem realizada pela Escola e os resultados do Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública - SIMAVE-, constituído pelo Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica - PROEB -, pelo Programa de Avaliação da Alfabetização - PROALFA - e pelo Programa de Avaliação da Aprendizagem Escolar - PAAE - devem ser considerados para elaboração, anualmente, pela Escola, do Plano de Intervenção Pedagógica (PIP).

As avaliações em larga escala realizadas em âmbito nacional apresentam-se em diversos dos segmentos de ensino, da Educação Básica ao Ensino Superior. No Ensino Superior, tem-se o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), que integra o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes); o Ensino Médio é avaliado pelo Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e, no âmbito da Educação Básica, tem-se como referência os resultados do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), realizado desde 1990.

Segundo INEP, (2010):

A primeira iniciativa brasileira, em âmbito nacional, no sentido de conhecer mais profundamente o nosso sistema educacional. Além de coletar dados sobre a qualidade da educação no País, procura conhecer as condições internas e externas que interferem no processo de ensino e aprendizagem,

por meio da aplicação de questionários de contexto respondidos por alunos, professores e diretores, e por meio da coleta de informações sobre as condições físicas da escola e dos recursos de que ela dispõe.

No Estado de Minas Gerais, há o Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública (Simave), composto por três outros programas que são setorizados, na tentativa de facilitar a compreensão global do sistema e a possibilidade de intervenções para um melhor desenvolvimento e desempenho dos alunos: Programa de Avaliação da Aprendizagem Escolar – PAAE; Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica – PROEB e o Programa de Avaliação da Alfabetização – PROALFA (MG).

Em 2007, tem-se a criação de índices para representar a qualidade do ensino. Em nível nacional, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) criou o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Os resultados do IDEB têm sido utilizados na tentativa de auxiliar, pedagógica e financeiramente, no Plano de Desenvolvimento da Escola. A composição dos índices é feita a partir dos dados referentes ao fluxo escolar dos alunos (Censo Escolar) e desempenho nas avaliações externas, a Prova Brasil para o IDEB e o Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP) para o IDESP.

Sistema de Avaliação da Educação Básica é composto por duas avaliações: a Avaliação Nacional da Educação Básica (ANEB) para o 5º, 9º ano do Ensino Fundamental e 3ª série do Ensino Médio; e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (ANRESC) que recebe o nome de Prova Brasil e é realizada pelo 5º e 9º ano do Ensino Fundamental. Ambas são realizadas a cada dois anos. Já o SARESP é aplicado aos 3º, 5º, 7º e 9º ano do Ensino Fundamental e, 3ª série do Ensino Médio. As avaliações externas mencionadas são compostas por provas de Língua Portuguesa e Matemática, além de acompanhadas por questionários socioeconômicos aos alunos participantes e comunidade escolar.

Na tentativa de fazer intervenções cada vez mais precoces em relação ao baixo desempenho no processo de aprendizagem dos alunos brasileiros, especificamente nos desempenhos de leitura e escrita, criou-se um novo teste, a Provinha Brasil, para avaliar as crianças que cursam o 2º ano do Ensino Fundamental. O objetivo dessa avaliação é gerar dados sobre os impactos das políticas públicas educacionais para reorientar e aperfeiçoar as ações pedagógicas, principalmente em relação ao processo de alfabetização. Trata-se de uma avaliação em larga escala mista porque é elaborada externamente à escola, mas aplicada e corrigida internamente por professores e/ou coordenadores educacionais pertencentes à escola

cujos alunos são avaliados. Pode-se dizer que avaliações em larga escala, cumprem as exigências mínimas, pois apresentam clareza de quais habilidades devem ser desenvolvidas pelos estudantes, tanto que há classificação de padrões de desempenho nas diferentes áreas avaliadas. Se há clareza das aprendizagens a serem desenvolvidas, conseqüentemente, há uma identificação precisa do que deve ser ensinado e também um esforço de compreensão dos fatores associados aos objetivos e pela contextualização do desempenho escolar por meio da análise dos dados dos questionários contextuais.

As avaliações externas têm por objetivo conhecer o sistema educacional, orientando políticas públicas para a educação e, principalmente, para as políticas de responsabilização, devendo aprofundar nas discussões sobre a eficácia escolar e nos modelos de valor agregado, considerando os efeitos da prática educativa na sala de aula, incluindo a análise não somente dos alunos, mas das turmas, da escola e da comunidade como um todo. (MEC, 2010)

Diante desses problemas e dificuldades, a gestão enquanto meio para organizar o trabalho pedagógico e atingir os objetivos educacionais da escola enfrenta desafios, dentre eles, fazer-se democrática. Muitos elementos prejudicam a consolidação de uma gestão democrática, como a cultura autoritária do ensino, a ausência de recursos financeiros, a desmotivação de professores e a falta de uma estrutura que favoreça a participação dos pais.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muito se tem discutido sobre a avaliação no contexto escolar, justamente porque esse tem sido um dos aspectos mais problemáticos na prática pedagógica. Na maioria das escolas os educadores se preocupam em avaliar somente através de provas, para obter uma nota, não levando em conta que o aluno vai além da nota obtida. É importante o educador ter consciência do real objetivo da avaliação, tornando esse momento uma prática de investigação para verificar se houve aprendizagem do aluno. Se o resultado não foi satisfatório, cabe ao educador redimensionar a sua prática pedagógica para promoção do sucesso escolar.

A avaliação deve orientar a aprendizagem para que venha realmente cumprir a função diagnóstica, deve estar presente durante todo o processo educacional, avaliando assim todos os comportamentos do domínio (cognitivo, afetivo e psicomotor) e não somente em períodos específicos, ou seja, deve acontecer durante todo o processo e não somente no final.

O educador precisa despertar no aluno o gosto de estudar para aprender e não apenas para realizar a prova. É importante valorizar o processo de formação a fim de adequá-lo melhor à proposta, logo, a prova não pode se tornar o único instrumento para obtenção de nota para apresentar os resultados aos pais.

Perceber o aluno como centro da ação avaliativa consiste em observá-lo curiosamente e refletir sobre o significado de cada momento de convivência com ele. A equipe gestora e o corpo docente, juntamente com os familiares, devem estar preparados para refletir sobre os interesses, as necessidades e as conquistas dos alunos no sentido de auxiliá-los.

Uma avaliação não democrática praticada por educadores é desconsideração do erro, ou seja, os educadores não utilizam o erro do aluno como virtude da aprendizagem. O erro é a demonstração de que o aluno não aprendeu, e dessa forma a sua extrema e intrínseca relação com o processo de ensino e aprendizagem não ocorre, pois o erro, é o caminho pelo qual o educador retorna as explicações, e se necessário, modifica sua metodologia, fazendo com que o aluno compreenda e aprenda. No cotidiano escolar, estão presentes as avaliações internas e externas.

A avaliação, o planejamento e o currículo precisam ser organizados e executados em conjunto para que assim os educadores consigam desenvolver práticas educativas articuladas. Sendo o aluno o sujeito mais importante em todo o processo educacional, faz-se necessário que a avaliação seja compreendida como um processo de ensino e aprendizagem, que ocorrem de forma contínua, cumulativa e sistemática.

As considerações apresentadas nesse estudo sobre a avaliação, não se encerram na conclusão desse texto, pois aqui foram brevemente apresentadas perspectivas e desafios que fazem parte do contexto escolar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AZZI, Sandra. **Avaliação escolar**: desafio a educação. Coleção Veredas Formação Superior de Professores, Guia de estudo, Módulo 6. Vol. 3, Belo Horizonte, 2001
- BRASIL. **LDB nº 9.394/96**. (Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional), Brasília:1998.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- DAVIS, C. (org). **Gestão da escola**: desafios a enfrentar. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- DEPRESBITERIS, L. & T, M. R: **Diversificar é preciso**: Instrumento e Técnicas de Avaliação de Aprendizagem, São Paulo: SENAC, 2009.
- HOFFMANN, J. M. L. **Avaliação**: mito & desafio - uma perspectiva construtivista. Porto Alegre: Mediação, 1991.
- _____. **Avaliação Mediadora**., 22 ed. Porto Alegre: Mediação, 2004.
- LUCKESI, C. C, **Avaliação da Aprendizagem** 9 ed. São Paulo: Cortez, 1999.
- MINAS GERAIS. Secretaria de Estado da Educação. **Acompanhando e avaliando/Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita**. Belo Horizonte: 2003.
- PERRENOUD, P. **Avaliação das excelências**: a Regulação das Aprendizagens entre duas lógicas. Porto Alegre: ARTMED. 1999.
- RABELO, E. H. **Avaliação: Novos tempos, novas práticas**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1998.
- RESOLUÇÃO SEE/MG nº 2.197, de 26 de outubro de 2012. **Organização e Funcionamento das Escolas Estadual 2013**.
- VASCONCELLOS, C. dos S. **Avaliação da Aprendizagem**: Práticas de mudanças, 7 ed. São Paulo: 1995.
- BRASIL. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira** – INEP. Disponível em <http://www.inep.gov.br/basica/saeb/caracteristicas.htm>. Acesso em 14/11/2012
- FILGUEIRAS, K. F.. PROALFA (MG): Avaliação da alfabetização, em larga escala, no Brasil. **Revista Acolhendo a alfabetização nos países de língua portuguesa**, Brasil, São Paulo, volume 1, nº. 13, pp. 38 – 64, Set. 2012. Disponível em: <http://www.acoalfaplp.net>. Acesso em 14/11/2012.
- LUCKESI, C.C. **Avaliação da aprendizagem**: visão geral. Entrevista concedida Paulo Camargo, São Paulo (2005). Disponível em: <http://www.luckesi.com.br/artigosavaliacao.htm>. Acesso em 14/07/2012

MINAS GERAIS. **Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação** da Universidade Federal de Juiz de Fora – CAEd. Disponível em: <http://www.caed.ufjf.br/site>. Acesso em:

OLIVEIRA, M. A. e ROCHA, G.. **Avaliação em larga escala no Brasil nos primeiros anos do Ensino Fundamental**. Disponível em:

http://www.anpae.org.br/congressos_antigos/simposio2007/274.pdf. Acesso em: 16/11/2012.